



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

A Rádio na Atualidade: Permanência e Reinvenção

[Contemporary Radio: Continuity and Reinvention]

Projeto de Graduação

[1º Ciclo de Ciências da Comunicação]

Francisco Fernandes Pereira Martins

Orientador:

Professor Dr. Ricardo Jorge Pinto

Junho 2026

A Rádio na Atualidade: Permanência e Reinvenção

[Contemporary Radio: Continuity and Reinvention]

Projeto de Graduação

[1º Ciclo de Ciências da Comunicação]

Francisco Fernandes Pereira Martins

Orientador:

Professor Dr. Ricardo Jorge Pinto

Junho 2026

Agradecimentos

A elaboração deste projeto representa o culminar de um percurso de aprendizagem marcado por desafios, crescimento e dedicação. Este trabalho permitiu-me aprofundar conhecimentos sobre um meio de comunicação que continua a desempenhar um papel relevante na sociedade e reforçou a minha motivação pela área da comunicação.

Quero começar por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Ricardo Jorge Pinto, pela orientação, disponibilidade e apoio prestados ao longo de todo o processo de investigação. As suas sugestões, o seu espírito crítico e o acompanhamento constante foram essenciais para o desenvolvimento deste projeto.

À minha família, deixo uma palavra de profundo reconhecimento por nunca deixar de acreditar em mim. O incentivo, a compreensão e o apoio que sempre me deram foram fundamentais para enfrentar cada etapa deste percurso e tornar possível a concretização deste objetivo.

À Bárbara, agradeço por ter estado sempre ao meu lado durante esta caminhada. Pelo apoio, pela motivação, pela paciência e por todas as palavras de incentivo nos momentos mais exigentes, o meu sincero obrigado.

Quero também agradecer ao Nuno Galopim, à Felisbela Lopes, à Ana Isabel Reis e à Sara de Araújo Almeida pela disponibilidade em participarem nas entrevistas realizadas para este projeto. A partilha das suas perspetivas e experiências sobre a rádio constituiu um contributo valioso para enriquecer esta investigação e aprofundar a análise do tema.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Cada gesto de apoio, conselho ou palavra de incentivo teve um significado especial e ajudou-me a chegar ao fim desta etapa académica

Resumo

Este projeto de graduação analisa o papel da rádio na sociedade contemporânea, evidenciando a sua capacidade de adaptação às transformações tecnológicas e a permanência da sua relevância enquanto meio de comunicação social. Partindo de uma revisão da literatura sobre a evolução da rádio, o serviço público de radiodifusão e os desafios decorrentes da digitalização, o estudo procura compreender de que forma este meio continua a responder às necessidades informativas da população, particularmente em contextos de crise.

A investigação centra-se na RTP Antena 1, enquanto principal estação de rádio do serviço público em Portugal, recorrendo ao estudo de caso do apagão elétrico que afetou a Península Ibérica em abril de 2025. Através da análise de notícias e da realização de entrevistas a profissionais da estação e à Provedora do Ouvinte, procura-se compreender a resposta operacional da Antena 1 e o seu contributo para a prestação de informação fiável, contínua e de interesse público durante uma situação de emergência.

Os resultados evidenciam que, apesar da crescente digitalização dos meios de comunicação, a rádio mantém características distintivas, como a rapidez, a proximidade, a credibilidade e a resiliência tecnológica, afirmando-se como um instrumento essencial de serviço público. O caso analisado demonstra que a Antena 1 desempenhou um papel determinante na difusão de informação rigorosa, no combate à desinformação e no apoio aos cidadãos, reforçando a importância da rádio enquanto meio indispensável para a comunicação em situações de crise e para o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Rádio; Serviço Público; Antena 1; Comunicação de Crise; Jornalismo Radiofónico.

Abstract

This graduation project examines the role of radio in contemporary society, highlighting its ability to adapt to technological change while maintaining its relevance as a mass communication medium. Drawing on a literature review of the evolution of radio, public service broadcasting, and the challenges posed by digital transformation, the study explores how radio continues to meet citizens' information needs, particularly in times of crisis.

The research focuses on RTP Antena 1, Portugal's main public service radio station, through a case study of the power outage that affected the Iberian Peninsula in April 2025. Based on the analysis of news coverage and interviews with Antena 1 professionals and the RTP Listener Ombudsperson, the study examines the station's operational response and its contribution to providing reliable, continuous, and public-interest information during an emergency.

The findings demonstrate that, despite the increasing digitalisation of the media landscape, radio retains distinctive characteristics such as immediacy, proximity, credibility, and technological resilience, reinforcing its role as an essential public service medium. The case study shows that Antena 1 played a crucial role in delivering accurate information, countering misinformation, and supporting citizens during the crisis, confirming the continued relevance of radio in emergency communication and democratic societies.

Keywords: Radio; Public Service Broadcasting; Antena 1; Crisis Communication; Radio Journalism.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo 1 — A Rádio na Sociedade Contemporânea	3
1.1. A evolução da Rádio na sociedade contemporânea	3
1.2. O papel social da Rádio	6
1.2.1 Informação, proximidade e credibilidade	7
1.2.2 A Rádio como meio de serviço à comunidade	8
1.4. A Rádio em situações de emergência e crise	11
Capítulo 2 — O Serviço Público de Rádio em Portugal	14
2.1. O conceito e a missão do serviço público de Rádio	14
2.2. A evolução do serviço público de Rádio em Portugal	16
2.3. A Antena 1 no contexto do serviço público	18
2.3.1. Missão editorial e serviço à cidadania	21
2.3.2. A Antena 1 como referência informativa	22
2.4. O papel da Rádio pública em situações de emergência	23
Capítulo 3 — Estudo de Caso: O Papel da RTP Antena 1 Durante o Apagão	25
3.1. Enquadramento do apagão e impacto social	25
3.2. A resposta informativa da Antena 1	25
3.3. O ouvido atento da Provedora do Ouvinte da RTP Antena 1	27
3.4. A importância do jornalismo no dia do apagão	30
Conclusão	32
Referências Bibliográficas	34

Introdução

Ao longo da sua história, a rádio tem assumido um papel fulcral na transmissão de informação, na promoção da cultura e na aproximação entre os meios de comunicação e os cidadãos. Apesar das profundas transformações provocadas pela digitalização dos media e pela crescente utilização da internet e das redes sociais, a rádio continua a afirmar-se como um meio de comunicação importante, distinguindo-se pela rapidez, acessibilidade e capacidade de alcançar diferentes públicos. A sua relevância torna-se particularmente evidente em situações de emergência, nas quais a necessidade de informação fiável e imediata assume uma dimensão fundamental para a sociedade.

Nos últimos anos, a evolução tecnológica alterou significativamente os hábitos de consumo de informação. A multiplicação das plataformas digitais permitiu aos cidadãos aceder a conteúdos informativos através de diferentes dispositivos. Esta dependência crescente das infraestruturas tecnológicas evidenciou também novas vulnerabilidades. Em contextos de crise, marcados por falhas de energia ou perturbações nas redes de comunicação, a rádio continua a demonstrar uma capacidade única de garantir o acesso à informação, mantendo-se operacional quando outros meios enfrentam limitações.

Foi precisamente este panorama que se tornou visível durante o apagão que afetou Portugal em abril de 2025. A interrupção generalizada do fornecimento de energia elétrica colocou desafios significativos ao funcionamento de diversos serviços e meios de comunicação, levando muitos cidadãos a recorrer à rádio como principal fonte de informação. Neste contexto, a Antena 1 destacou-se pela continuidade da sua emissão e pela capacidade de fornecer informação atualizada, orientações de serviço público e esclarecimentos à população num momento de elevada incerteza.

A presente dissertação tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela RTP Antena 1 durante o apagão, procurando compreender de que forma a rádio pública respondeu às necessidades informativas da população e reafirmou a sua relevância enquanto serviço público de comunicação social. Pretende-se igualmente refletir sobre a importância da rádio na sociedade atual e sobre os desafios e oportunidades que se colocam ao meio radiofónico na era digital.

Para alcançar estes objetivos, o estudo assenta numa revisão da literatura sobre a rádio e o serviço público de comunicação social, complementada pela análise de notícias publicadas nos dias que se

seguiram ao apagão e pela realização de uma entrevista a Isabel Reis, profissional ligada à

Antena 1. A conjugação destas fontes permitirá compreender não apenas a resposta operacional da estação durante a crise, mas também a perceção do papel desempenhado pela rádio nesse contexto.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos principais. O primeiro capítulo aborda a importância da rádio na sociedade contemporânea, analisando a sua evolução, as suas funções sociais e o seu papel nas situações de emergência. O segundo capítulo centra-se no serviço público de rádio em Portugal, explorando a sua missão, evolução e relevância no panorama nacional, com particular foco na Antena 1. Para finalizar, o terceiro capítulo apresenta o estudo de caso sobre o papel da Antena 1 durante o apagão, recorrendo à análise mediática e à entrevista realizada para discutir a importância da rádio enquanto meio de comunicação essencial em contextos de crise.

Desta forma, procura-se contribuir para a reflexão sobre o futuro da rádio num ambiente mediático cada vez mais digitalizado, demonstrando que, apesar das transformações tecnológicas, este continua a ser um meio de comunicação fundamental para a informação, a cidadania e o serviço público, que abrange diversas faixas etárias.

Capítulo 1 — A Rádio na Sociedade Contemporânea

1.1. A evolução da Rádio na sociedade contemporânea

A rádio constituiu um dos meios de comunicação social mais antigos e influentes da sociedade contemporânea, tendo desempenhado, ao longo de mais de um século, um papel determinante na informação, no entretenimento, na educação e na construção da opinião pública. Desde as primeiras transmissões radiofónicas no início do século XX, este meio destacou-se pela capacidade de difundir a informação de forma rápida e acessível, aproximando os acontecimentos nacionais e internacionais dos cidadãos o que contribuiu para a consolidação da comunicação de massas (Briggs & Burke, 2009).

O desenvolvimento da rádio esteve intimamente ligado à evolução tecnológica das telecomunicações. Após as experiências pioneiras de Guglielmo Marconi com a telegrafia sem fios, as primeiras emissões regulares começaram a surgir durante a década de 1920, dando origem a um novo paradigma comunicacional baseado na instantaneidade da transmissão sonora (Crisell, 1994). A possibilidade de chegar simultaneamente a milhares de pessoas transformou profundamente a forma como as sociedades passaram a receber informação, reduzindo distâncias geográficas e permitindo um contacto permanente com a atualidade.

Durante grande parte do século XX, a rádio afirmou-se como o principal meio de comunicação de massas. Antes da generalização da televisão, era através da rádio que a população acompanhava os principais acontecimentos políticos, económicos, culturais e desportivos. Em períodos de guerra, crises políticas ou catástrofes naturais, assumiu uma importância estratégica, funcionando como um instrumento privilegiado de comunicação entre governos e cidadãos. A rapidez na difusão de notícias permitiu acompanhar acontecimentos praticamente em tempo real, reforçando a sua credibilidade e utilidade social (Briggs & Burke, 2009).

Em Portugal, a evolução da rádio acompanhou as transformações políticas e sociais do país. Durante o período do Estado Novo, o meio radiofónico esteve fortemente condicionado pelo controlo estatal e pela censura, sendo utilizado como instrumento de propaganda política. Contudo, apesar dessas limitações, a rádio manteve uma presença constante na vida quotidiana da população. Um dos momentos mais marcantes da sua história ocorreu durante a Revolução de 25 de Abril de 1974, quando a transmissão das canções "E Depois do Adeus" e "Grândola, Vila Morena" serviu como senha para o início das operações militares que conduziram ao fim da ditadura, demonstrando o enorme impacto social e político que este meio podia exercer (Reis, 1994).

Com a expansão da televisão durante a segunda metade do século XX, muitos autores previram o declínio da rádio. A crescente importância da imagem alterou profundamente os hábitos de consumo mediático, levando parte da audiência a privilegiar os conteúdos audiovisuais. No entanto, a rádio revelou uma extraordinária capacidade de adaptação, reinventando a sua identidade e reforçando características que a distinguiam dos restantes meios de comunicação. Em vez de competir diretamente com a televisão, passou a afirmar-se como um meio complementar, valorizando a proximidade com os ouvintes, a rapidez informativa e a possibilidade de acompanhar o quotidiano sem exigir atenção visual permanente (McLeish & Link, 2015).

Esta capacidade de adaptação permitiu que a rádio encontrasse novos espaços de consumo. A mobilidade tornou-se uma das suas principais vantagens competitivas, sendo frequentemente utilizada durante deslocações de automóvel, transportes públicos ou no local de trabalho. A possibilidade de ouvir rádio enquanto se realizam outras atividades transformou este meio num companheiro permanente do quotidiano, mantendo elevados níveis de consumo mesmo perante o crescimento de outras plataformas mediáticas (Bonixe, 2012).

Nas últimas décadas, a revolução digital introduziu profundas alterações no ecossistema da comunicação social. A internet, os dispositivos móveis, as redes sociais e as plataformas digitais modificaram significativamente as formas de produção, distribuição e consumo de conteúdos informativos. Neste contexto, a rádio enfrentou um novo desafio: adaptar-se às exigências de um público cada vez mais conectado, participativo e habituado ao consumo personalizado de informação (Jenkins, 2006).

A digitalização permitiu às emissoras ultrapassar as limitações da difusão tradicional em frequência modulada (FM), disponibilizando emissões em direto através da internet e alcançando audiências muito para além das fronteiras nacionais. Paralelamente, os conteúdos radiofónicos passaram a integrar websites, aplicações móveis e redes sociais, promovendo novas formas de interação entre jornalistas e ouvintes. Esta convergência entre rádio e plataformas digitais alterou profundamente a relação com o público, que deixou de ser apenas recetor da informação para assumir um papel mais participativo na circulação e partilha dos conteúdos (Bonixe, 2012).

Um dos fenómenos mais significativos desta transformação foi o crescimento dos podcasts. Diferentemente da emissão linear tradicional, os podcasts permitem o consumo de conteúdos em qualquer momento e lugar, respondendo às novas exigências de flexibilidade impostas pelos hábitos digitais. Este formato abriu igualmente espaço à produção de conteúdos altamente especializados,

abrangendo áreas tão diversas como a política, o desporto, a cultura, a ciência ou a educação. Desta forma, a rádio expandiu o seu alcance junto de públicos mais jovens e diversificados, mantendo-se relevante num mercado mediático altamente competitivo (Berry, 2016).

Apesar das profundas transformações tecnológicas, várias das características que historicamente definiram a rádio permanecem inalteradas. A rapidez na transmissão da informação, a simplicidade técnica de acesso, o baixo custo de produção e consumo e a forte relação de proximidade estabelecida entre locutor e ouvinte continuam a constituir fatores distintivos deste meio de comunicação. A linguagem radiofónica, baseada exclusivamente na voz, na música, nos efeitos sonoros e no silêncio, mantém uma capacidade única de estimular a imaginação dos ouvintes, criando uma experiência comunicacional diferente daquela proporcionada pelos meios audiovisuais (Crisell, 1994).

Paralelamente à sua função informativa, a rádio desempenha um importante papel social e cultural. As rádios nacionais, regionais e locais contribuem para a promoção da identidade cultural, da diversidade linguística e da valorização das comunidades onde se inserem. Em particular, as rádios locais desempenham uma função essencial na divulgação de acontecimentos comunitários, na promoção da participação cívica e na aproximação entre os meios de comunicação e os cidadãos, sobretudo em regiões do interior onde a proximidade constitui um elemento diferenciador relativamente aos meios nacionais (Bonixe, 2012).

Num contexto marcado pela multiplicação das plataformas digitais e pela fragmentação das audiências, a rádio continua, assim, a afirmar-se como um meio resiliente e capaz de responder às constantes mudanças do panorama mediático. A sua evolução demonstra que a inovação tecnológica não significou o desaparecimento deste meio, mas antes a sua transformação e adaptação às novas exigências dos públicos. A integração das emissões online, dos podcasts, das redes sociais e das aplicações móveis evidencia que a rádio soube reinventar-se sem perder as características que historicamente sustentaram a sua relevância social. Mais do que um meio do passado, a rádio permanece um meio de comunicação atual, capaz de combinar tradição e inovação, continuando a desempenhar um papel fundamental na informação, no entretenimento e na aproximação entre os media e a sociedade.

1.2. O papel social da Rádio

A rádio é um dos meios de comunicação social que tem desempenhado um papel importante na promoção da democracia e da cidadania. Para além de transmitir informação, contribui para aproximar os cidadãos da realidade que os rodeia, incentivando o debate público, divulgando conhecimento e reforçando a ligação entre as pessoas e as suas comunidades. Ao longo dos anos, consolidou-se como um meio acessível e próximo da população, conseguindo chegar a públicos muito distintos, independentemente da idade, do nível de escolaridade ou da localização geográfica (Crisell, 2006).

Uma das grandes vantagens da rádio é a facilidade com que pode ser integrada no quotidiano. Ao contrário de outros meios de comunicação, pode ser ouvida enquanto se conduz, se trabalha ou se realizam tarefas domésticas, sem exigir toda a atenção do ouvinte. Esta característica explica, em parte, porque continua a ser um meio relevante, mesmo numa época em que a informação está disponível através de inúmeras plataformas digitais (McLeish & Link, 2015).

A rádio tem também um papel importante na formação da opinião pública. Através de noticiários, entrevistas, reportagens e programas de análise, ajuda os cidadãos a compreender melhor os acontecimentos políticos, económicos, sociais e culturais. Segundo Bonixe (2012), este meio continua a assumir uma função essencial na ligação entre os acontecimentos e a sociedade, fornecendo informação contextualizada que contribui para uma participação mais informada na vida democrática.

Além da componente informativa, a rádio desempenha igualmente uma função educativa e cultural. A divulgação de conteúdos sobre literatura, música, património, ciência ou história contribui para a valorização da cultura e para a preservação da identidade coletiva. Ao mesmo tempo, ao dar espaço a diferentes opiniões e grupos sociais, promove o pluralismo e reflete a diversidade existente na sociedade (Cebrián Herreros, 2001).

A participação dos ouvintes é outro dos aspetos que reforça a importância social da rádio. Muitos programas reservam momentos para intervenções do público através de chamadas telefónicas, mensagens ou plataformas digitais. Estas formas de participação permitem aos ouvintes partilhar opiniões, colocar questões ou relatar experiências, criando uma relação de maior proximidade entre o público e os profissionais da rádio e tornando este meio um espaço de diálogo e participação democrática (Bonixe, 2012).

O papel da rádio torna-se ainda mais evidente em situações de crise ou emergência. Em casos de incêndios, catástrofes naturais, acidentes de grande dimensão ou crises sanitárias, continua a ser um dos meios mais eficazes para divulgar informações oficiais e recomendações à população. A rapidez na transmissão das mensagens e a possibilidade de emitir informação de forma contínua fazem com que desempenhe uma função essencial de serviço público, ajudando os cidadãos a tomar decisões mais informadas em momentos de maior incerteza (Crisell, 2006).

Em síntese, a importância social da rádio vai muito além da transmissão de notícias. A capacidade de informar, educar, divulgar cultura, incentivar a participação dos cidadãos e fortalecer a ligação com as comunidades faz com que continue a ocupar um lugar de destaque no panorama dos meios de comunicação, mesmo perante o crescimento das plataformas digitais.

1.2.1 Informação, proximidade e credibilidade

A informação constitui uma das funções centrais da rádio desde o início da sua história. A rapidez com que consegue transmitir acontecimentos e atualizar os ouvintes tornou este meio particularmente relevante na cobertura da atualidade, distinguindo-se pela capacidade de informar em tempo real e de acompanhar permanentemente a evolução dos acontecimentos (McLeish & Link, 2015).

Uma das características que mais distingue a rádio dos restantes meios de comunicação é a relação de proximidade que estabelece com os seus ouvintes. A comunicação exclusivamente sonora cria uma ligação mais pessoal entre o jornalista ou locutor e quem escuta, favorecendo um sentimento de confiança e familiaridade. Como refere Crisell (2006), a voz possui uma forte dimensão emocional, permitindo uma comunicação mais íntima do que aquela proporcionada pelos meios predominantemente visuais.

Esta proximidade manifesta-se também na atenção dedicada às realidades locais. As rádios regionais e locais desempenham um papel fundamental ao divulgarem acontecimentos, iniciativas e problemas específicos das comunidades onde estão inseridas, funcionando frequentemente como o principal elo de ligação entre os cidadãos e a realidade local. Ao privilegiarem conteúdos de proximidade, estas emissoras reforçam o sentimento de pertença e contribuem para uma maior participação da população na vida comunitária (Bonixe, 2012).

Outro fator determinante para a relevância da rádio é a sua credibilidade. Num contexto marcado pela circulação massiva de informação nas redes sociais e pela proliferação da desinformação, os meios de comunicação tradicionais continuam a beneficiar de elevados níveis de confiança por

parte dos cidadãos. A rádio, em particular, construiu ao longo de décadas uma reputação assente no rigor jornalístico, na verificação dos factos e no cumprimento de princípios deontológicos que sustentam a confiança dos ouvintes (McLeish & Link, 2015).

A credibilidade assume uma importância ainda maior em períodos de crise. Sempre que ocorrem situações de emergência, os cidadãos procuram fontes de informação fiáveis que lhes permitam compreender os acontecimentos e agir de forma informada. Nestes momentos, a rádio assume frequentemente uma função de referência, disponibilizando informação contínua, atualizada e validada por fontes oficiais (Bonixe, 2012).

Assim, a combinação entre rapidez informativa, proximidade e credibilidade constitui um dos principais fatores que explicam a permanência da rádio como um dos meios de comunicação mais relevantes da atualidade, mesmo perante a crescente concorrência dos meios digitais.

1.2.2 A Rádio como meio de serviço à comunidade

Desde o seu aparecimento, a rádio tem assumido um papel importante junto das comunidades, funcionando como um meio de comunicação que procura responder às necessidades da população. Para além de informar, contribui para o interesse coletivo através da divulgação de conteúdos de utilidade pública, da promoção da cidadania e da valorização da identidade local (Bonixe, 2012). Uma das formas mais visíveis desta missão passa pela transmissão de informações úteis para o dia a dia dos cidadãos. Notícias sobre o estado do trânsito, previsões meteorológicas, avisos da Proteção Civil, campanhas de vacinação, recomendações das autoridades de saúde ou alterações em serviços públicos fazem parte da programação de muitas rádios. A rapidez com que estas informações chegam aos ouvintes torna a rádio um meio bastante eficaz na prestação de um serviço à comunidade (McLeish & Link, 2015).

As rádios locais e regionais têm um papel particularmente importante nesta área. Ao dedicarem grande parte da programação a temas relacionados com a realidade das suas comunidades, dão visibilidade a iniciativas culturais, atividades de associações, eventos promovidos pelos municípios e problemas que afetam a população local, assuntos que muitas vezes não têm espaço nos meios de comunicação de âmbito nacional. Esta proximidade fortalece o sentimento de pertença e incentiva uma maior participação dos cidadãos na vida da comunidade (Bonixe, 2012). Além disso, a rádio desempenha uma função relevante ao criar espaços de diálogo e participação. Programas com entrevistas, debates ou intervenções dos ouvintes permitem que diferentes perspetivas sejam partilhadas.

Através de chamadas telefônicas, mensagens ou plataformas digitais, os cidadãos podem expressar opiniões, colocar questões ou comentar temas da atualidade. Esta interação aproxima a rádio da população e contribui para reforçar a participação cívica e democrática (Cebrián Herreros, 2001).

Outro aspeto que importa destacar é o contributo da rádio para a inclusão social. Sendo um meio de fácil acesso e de baixo custo, consegue chegar a pessoas que, por motivos económicos, geográficos ou tecnológicos, têm mais dificuldades em recorrer a outros meios de comunicação. Desta forma, ajuda a reduzir desigualdades no acesso à informação e reforça a sua função de serviço público (Crisell, 2006). Ou seja, a rádio não deve ser vista apenas como um meio de informação ou entretenimento.

Pela proximidade que estabelece com a população, pela rapidez na divulgação de conteúdos e pelo compromisso com o interesse público, continua a desempenhar um papel relevante ao serviço das comunidades, mantendo a sua importância na sociedade atual.

1.3. A Rádio na era digital

A evolução tecnológica das últimas décadas alterou profundamente o funcionamento dos meios de comunicação social, obrigando-os a adaptar-se às novas formas de produção, distribuição e consumo de conteúdos. Entre essas transformações, a digitalização constitui uma das mudanças mais significativas para o setor da comunicação, modificando os hábitos dos públicos e a relação entre os meios e as suas audiências. A rádio, enquanto um dos meios de comunicação mais antigos, demonstrou uma notável capacidade de adaptação, conseguindo integrar as novas tecnologias sem perder as características que historicamente a distinguem, como a rapidez, a proximidade e a acessibilidade (Bonixe, 2019; Cebrián Herreros, 2007).

O desenvolvimento da Internet veio eliminar muitas das limitações geográficas associadas à radiodifusão tradicional. A transmissão online permitiu que as emissoras deixassem de depender exclusivamente das frequências FM ou AM, passando a disponibilizar os seus conteúdos em qualquer parte do mundo através de computadores, smartphones, tablets e outros dispositivos móveis. Esta mudança aumentou significativamente o alcance das estações de rádio e possibilitou que emigrantes, comunidades internacionais e novos públicos mantivessem contacto com as emissões dos seus países de origem (Bonixe, 2019).

Segundo Cebrián Herreros (2007), a rádio digital representa muito mais do que uma simples evolução tecnológica, constituindo uma transformação estrutural na forma como os conteúdos são

produzidos, distribuídos e consumidos. A integração da Internet permitiu que a emissão deixasse de estar limitada ao tempo real, oferecendo aos ouvintes maior autonomia para escolherem quando e onde pretendem ouvir os conteúdos radiofónicos.

Uma das principais inovações resultantes deste processo foi o crescimento dos podcasts. Este formato revolucionou o consumo de conteúdos sonoros ao permitir que os programas fossem disponibilizados sob a lógica *on demand*, possibilitando aos utilizadores ouvir episódios no momento que lhes fosse mais conveniente. De acordo com Berry (2016), os podcasts contribuíram para uma nova forma de consumo radiofónico, baseada na personalização, flexibilidade e autonomia dos utilizadores, aproximando a rádio dos hábitos de consumo digital das gerações mais jovens.

Para além da flexibilidade temporal, os podcasts permitiram igualmente diversificar a oferta editorial das emissoras. Surgiram conteúdos especializados sobre política, desporto, cultura, ciência, educação e entretenimento, direcionados para nichos específicos de audiência. Esta segmentação contribuiu para alargar o universo radiofónico e captar públicos que dificilmente seriam alcançados apenas através da programação tradicional (Bonini, 2015).

Outro elemento fundamental da transformação digital da rádio é a crescente utilização das redes sociais como extensão da atividade radiofónica. Plataformas como Facebook, Instagram, X (antigo Twitter), TikTok e YouTube passaram a integrar as estratégias de comunicação das emissoras, funcionando como espaços de promoção de programas, divulgação de notícias, publicação de vídeos dos bastidores e interação permanente com os ouvintes (Bonixe, 2019).

Esta presença digital favorece uma relação mais próxima entre os profissionais da rádio e o público, permitindo uma comunicação bidirecional que ultrapassa o modelo tradicional da emissão linear. Os ouvintes deixam de assumir apenas um papel passivo, passando a comentar, partilhar conteúdos, sugerir temas e participar ativamente na construção da experiência radiofónica. Jenkins (2006) refere que esta lógica participativa caracteriza a atual cultura da convergência, onde os públicos assumem um papel cada vez mais ativo na circulação e produção de conteúdos mediáticos.

A transformação digital obrigou igualmente as redações radiofónicas a alterar os seus métodos de trabalho. Atualmente, os jornalistas produzem conteúdos para diferentes plataformas em simultâneo, adaptando uma mesma notícia aos diversos formatos digitais. Para além da emissão sonora, é comum que uma reportagem seja acompanhada por fotografias, vídeos curtos, textos para websites, publicações nas redes sociais e conteúdos exclusivos para plataformas digitais. Esta lógica

multimídia tornou-se uma das principais características do jornalismo radiofônico contemporâneo (Bonixe, 2019).

Apesar das inúmeras oportunidades proporcionadas pela digitalização, a rádio enfrenta também desafios significativos. A concorrência proveniente das plataformas de streaming, dos serviços de música personalizada, dos podcasts independentes e das redes sociais fragmentou as audiências e aumentou significativamente a oferta de conteúdos disponíveis. Os consumidores passaram a dispor de uma enorme variedade de opções de entretenimento e informação, tornando mais difícil captar e fidelizar ouvintes (Albarran, 2017).

Além disso, o consumo mediático tornou-se mais individualizado e personalizado. Os algoritmos das plataformas digitais permitem recomendar conteúdos adaptados aos interesses de cada utilizador, reduzindo a exposição a uma programação linear comum a toda a audiência. Neste contexto, as estações de rádio necessitam de desenvolver estratégias inovadoras para manter a relevância junto dos públicos, conciliando tradição e inovação (Bonini, 2015).

Contudo, estas transformações não significaram o desaparecimento da rádio tradicional. Pelo contrário, permitiram complementar o modelo clássico de emissão através da integração de novas formas de distribuição e interação. A coexistência entre emissão em direto, transmissão online, podcasts, aplicações móveis e redes sociais demonstra que a rádio conseguiu reinventar-se sem perder a sua identidade enquanto meio de informação, entretenimento e proximidade (Bonixe, 2019).

Assim, a rádio na era digital caracteriza-se pela capacidade de adaptar as suas práticas às exigências tecnológicas e às novas expectativas dos públicos. A conjugação entre inovação tecnológica e as características históricas do meio permitiu reforçar a sua presença no ecossistema mediático contemporâneo, demonstrando que continua a desempenhar um papel relevante na sociedade digital.

1.4. A Rádio em situações de emergência e crise

Desde o seu aparecimento, a rádio tem desempenhado um papel fundamental em situações de emergência e crise, assumindo-se como um dos meios de comunicação mais eficazes para a transmissão rápida de informação à população. Em contextos marcados pela incerteza, pela necessidade de decisões imediatas e pela procura de informação credível, a rádio destaca-se pela

rapidez da emissão, pela facilidade de acesso e pela sua capacidade de continuar operacional mesmo quando outras infraestruturas de comunicação enfrentam limitações (Bonixe, 2019).

Ao longo da história, este meio foi amplamente utilizado durante conflitos armados, catástrofes naturais, crises sanitárias e situações de proteção civil. A sua capacidade de comunicar em tempo real permitiu informar milhões de pessoas sobre acontecimentos de elevada relevância social, contribuindo para a coordenação das respostas institucionais e para a proteção das populações (Crisell, 2006).

Uma das principais vantagens da rádio em contextos de emergência reside na sua simplicidade tecnológica. Ao contrário de muitos meios digitais, cuja utilização depende de ligações à Internet ou de equipamentos mais complexos, a receção das emissões radiofónicas pode ser realizada através de aparelhos portáteis alimentados por pilhas, baterias ou sistemas autónomos de energia. Esta característica torna a rádio particularmente útil em situações de falhas elétricas, interrupções das redes móveis ou colapsos das infraestruturas de telecomunicações (Bonixe, 2019).

Durante estas situações, as emissoras assumem frequentemente funções de serviço público, difundindo comunicados oficiais, recomendações das autoridades, alertas meteorológicos, indicações da proteção civil e informações sobre alterações na circulação, nos serviços públicos ou nas condições de segurança. Esta capacidade de atualização permanente permite reduzir a incerteza e apoiar os cidadãos na tomada de decisões informadas (European Broadcasting Union, 2021).

Outro aspeto particularmente relevante prende-se com o combate à desinformação. Em momentos de crise, a circulação de rumores, notícias falsas e informações não verificadas tende a aumentar, sobretudo através das redes sociais e das plataformas digitais. Neste contexto, os meios de comunicação tradicionais continuam a desempenhar um papel essencial enquanto fontes credíveis de informação. A rádio, sustentada pelos princípios da verificação jornalística e da responsabilidade editorial, contribui para contrariar a propagação de conteúdos falsos e reforçar a confiança pública (Wardle & Derakhshan, 2017).

Para além da sua dimensão informativa, a rádio desempenha igualmente uma importante função social e psicológica. A continuidade das emissões, a familiaridade das vozes dos jornalistas e locutores e a presença constante de informação atualizada contribuem para transmitir um sentimento de segurança, proximidade e estabilidade em períodos marcados pela ansiedade e pela incerteza. A comunicação radiofónica permite reduzir o isolamento sentido por muitas pessoas,

funcionando como um importante elemento de ligação entre as instituições e a população (Bonixe, 2019).

A relevância da rádio ficou particularmente evidente durante diversos acontecimentos recentes, como os incêndios florestais, a pandemia de COVID-19 e várias situações de catástrofes naturais registadas em diferentes países. Em Portugal, um dos exemplos mais ilustrativos ocorreu durante o apagão elétrico que afetou o país em abril de 2025. Enquanto muitos serviços digitais e plataformas online enfrentaram dificuldades operacionais, diversas emissoras de rádio conseguiram manter a emissão e continuar a fornecer informação essencial à população, demonstrando novamente a importância deste meio em cenários de emergência (Observador, 2025; RTP, 2025).

Este episódio evidenciou que, apesar da crescente digitalização da comunicação, a rádio continua a constituir um meio resiliente e indispensável em situações críticas. A sua capacidade de operar com recursos relativamente simples, aliada à rapidez da difusão da informação e à confiança que inspira junto dos cidadãos, faz dela um instrumento essencial de serviço público.

Deste modo, mesmo perante a evolução tecnológica e a diversificação dos meios de comunicação, a rádio mantém um papel insubstituível na gestão de situações de emergência e crise. A sua acessibilidade, credibilidade e capacidade de resposta imediata continuam a justificar a sua relevância enquanto meio de comunicação ao serviço da sociedade.

Capítulo 2 — O Serviço Público de Rádio em Portugal

2.1. O conceito e a missão do serviço público de Rádio

O serviço público de rádio ocupa um lugar central nos sistemas democráticos de comunicação social, tendo como principal objetivo garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma informação rigorosa, independente e plural. Ao contrário dos meios de comunicação comerciais, que dependem sobretudo de objetivos económicos e das audiências, o serviço público orienta a sua atividade pelo interesse coletivo, procurando responder às necessidades informativas, culturais, educativas e sociais da população (McQuail, 2010).

O conceito de serviço público assenta na ideia de que a informação é um bem essencial para o funcionamento da democracia. Assim, cabe ao Estado assegurar a existência de meios de comunicação que garantam o acesso de todos os cidadãos à informação, à cultura e ao conhecimento, independentemente da sua situação económica, da zona onde vivem ou do seu nível de escolaridade (Scannell, 1996). Esta visão é também defendida pela UNESCO (2021), que considera os meios públicos fundamentais para promover a liberdade de expressão, a diversidade de opiniões e a participação democrática.

Em Portugal, a missão do serviço público de rádio encontra-se definida na legislação em vigor e concretizada através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão celebrado entre o Estado Português e a RTP. Este documento estabelece que a rádio pública deve oferecer uma programação diversificada, plural e acessível, orientada para a promoção dos valores democráticos, da cidadania, da cultura e da língua portuguesa (RTP, 2023). Por sua vez, a Lei da Rádio (Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro) determina que a atividade radiofónica deve respeitar princípios como o rigor da informação, a independência editorial, o pluralismo e o direito dos cidadãos a serem informados.

Neste contexto, a informação assume um papel central na missão do serviço público. Através do trabalho jornalístico, procura garantir que os cidadãos tenham acesso a notícias verificadas, contextualizadas e produzidas de acordo com critérios profissionais e éticos. Esta responsabilidade torna-se ainda mais importante numa época marcada pela rápida circulação de informação e pelo aumento da desinformação nas plataformas digitais. Como refere McQuail (2010), a credibilidade dos meios públicos resulta da responsabilidade que assumem perante a sociedade e não da procura de interesses exclusivamente comerciais.

Para além da informação, o serviço público de rádio desempenha igualmente uma importante função educativa e cultural. Através de programas dedicados à literatura, música, ciência, história ou artes, contribui para divulgar o património cultural e incentivar o acesso ao conhecimento. Segundo Crisell (1994), a rádio possui uma capacidade única para aproximar estes conteúdos do público, tornando-os mais acessíveis graças à linguagem oral e à relação de proximidade que estabelece com os ouvintes.

Outra dimensão relevante da sua missão está relacionada com a inclusão social e a coesão territorial. Ao assegurar cobertura nacional e disponibilizar conteúdos dirigidos a diferentes públicos, incluindo comunidades locais, minorias linguísticas e grupos socialmente mais vulneráveis, a rádio pública ajuda a diminuir desigualdades no acesso à informação. De acordo com Bonixe (2020), esta preocupação constitui uma das principais diferenças entre o serviço público e as estações privadas, cuja programação tende a privilegiar conteúdos com maior potencial de rentabilidade.

O pluralismo é igualmente um princípio essencial do serviço público de rádio. A programação deve refletir a diversidade de opiniões presente na sociedade, garantindo espaço para diferentes perspetivas políticas, sociais e culturais. Esta responsabilidade ganha especial importância durante períodos eleitorais ou em momentos de maior debate público, em que os cidadãos necessitam de informação equilibrada para formar opiniões fundamentadas (Scannell, 1996).

A importância do serviço público torna-se ainda mais evidente em situações de emergência ou de crise. Nestes momentos, a rádio assume frequentemente um papel decisivo na divulgação de comunicados oficiais, recomendações das autoridades e outras informações de interesse público. A capacidade de manter emissões contínuas, mesmo quando existem limitações técnicas ou falhas noutros meios de comunicação, reforça a sua relevância enquanto serviço essencial para a população (EBU, 2020).

As transformações tecnológicas das últimas décadas levaram também o serviço público de rádio a adaptar-se ao ambiente digital. Atualmente, para além da emissão tradicional em frequência modulada, as rádios públicas disponibilizam os seus conteúdos através de plataformas digitais, podcasts e aplicações móveis, acompanhando a evolução dos hábitos de consumo sem abdicar dos princípios editoriais que caracterizam o serviço público (Bonixe, 2020).

O serviço público de rádio não se limita à transmissão de notícias. A sua missão passa igualmente por promover a cidadania, a literacia mediática, a diversidade cultural e a participação democrática.

Ao colocar o interesse público no centro da sua atuação, continua a desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais informada, participativa e inclusiva, mantendo a sua relevância no atual panorama mediático (McQuail, 2010).

2.2. A evolução do serviço público de Rádio em Portugal

A história do serviço público de rádio em Portugal está intimamente ligada às transformações políticas, sociais e tecnológicas que o país foi vivendo ao longo do último século. Desde as primeiras emissões realizadas na década de 1920 até à atualidade, marcada pela digitalização dos meios de comunicação, a rádio pública tem desempenhado um papel relevante na divulgação de informação, cultura e conhecimento, afirmando-se como um importante elo de ligação entre o Estado e a população (Silva, 2014).

As primeiras emissões radiofónicas surgiram por iniciativa de radioamadores e de pequenas estações privadas. Embora o seu alcance fosse inicialmente reduzido, rapidamente se percebeu que a rádio tinha um enorme potencial enquanto meio de comunicação de massas. A possibilidade de transmitir informação para milhares de pessoas em simultâneo representava uma inovação significativa para a época. De acordo com Ribeiro (2005), foi precisamente neste período que a rádio começou a conquistar um lugar de destaque, graças à emissão de notícias, programas musicais e conteúdos culturais que despertavam um interesse crescente junto dos ouvintes.

Em 1935 deu-se um dos acontecimentos mais importantes da história da radiodifusão portuguesa com a criação da Emissora Nacional de Radiodifusão, responsável pelo serviço público de rádio. Inserida na estratégia comunicacional do Estado Novo, tinha como finalidade divulgar a posição oficial do regime, promover a cultura portuguesa e reforçar a identidade nacional (Ribeiro, 2005). No entanto, a sua atividade era condicionada pela censura e pelo controlo exercido pelo poder político, fatores que limitaram a liberdade editorial e a diversidade de opiniões transmitidas (Cádima, 1996).

Ao longo do Estado Novo, a rádio desempenhou funções distintas. Por um lado, teve um contributo importante na divulgação de concertos, peças de teatro radiofónico, programas educativos e conteúdos ligados à língua e à cultura portuguesas. Por outro, foi utilizada como um instrumento de propaganda, servindo para difundir a visão política do regime. Como refere Cádima (1996), a rádio ocupava um lugar estratégico na política de comunicação do Estado, contribuindo para consolidar a narrativa oficial sobre os acontecimentos nacionais e internacionais.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marcou um ponto de viragem na comunicação social portuguesa e alterou profundamente o papel da rádio pública. Durante a madrugada da revolução, as emissões radiofónicas tiveram uma importância decisiva na coordenação do movimento militar que conduziu ao fim da ditadura. As canções *E Depois do Adeus*, interpretada por Paulo de Carvalho, e *Grândola, Vila Morena*, de José (Zeca) Afonso, passaram a simbolizar esse momento histórico e demonstraram a capacidade da rádio para influenciar acontecimentos de enorme impacto político e social (Rosas, 2012).

Com o fim do regime, o serviço público de rádio foi progressivamente redefinido. A prioridade deixou de ser a divulgação da posição oficial do Estado e passou a centrar-se na defesa do direito dos cidadãos à informação, na garantia do pluralismo e na independência editorial. Estes princípios foram reforçados pela Constituição da República Portuguesa, que passou a proteger a liberdade de imprensa e o direito de acesso a informação livre, rigorosa e independente (Constituição da República Portuguesa, 1976).

Durante as décadas de 1980 e 1990, o panorama radiofónico português voltou a sofrer mudanças significativas. A liberalização do setor permitiu o surgimento de numerosas rádios locais e privadas, tornando o mercado bastante mais competitivo. Perante esta realidade, o serviço público procurou afirmar-se pela qualidade da informação, pela aposta em conteúdos culturais e pelo cumprimento da sua missão de interesse público, diferenciando-se das estações de natureza comercial (Silva, 2014).

Foi igualmente neste período que a rádio pública passou a integrar a Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Esta reorganização permitiu reunir diferentes serviços públicos de comunicação social numa mesma estrutura, favorecendo uma melhor utilização dos recursos e uma maior articulação entre os vários meios (RTP, 2024).

Atualmente, o serviço público de rádio organiza-se através de diferentes estações, cada uma vocacionada para públicos distintos. A Antena 1 apresenta uma programação generalista, centrada sobretudo na informação, na atualidade, no desporto e em programas de interesse público. A Antena 2 dedica-se essencialmente à música clássica, à cultura e a conteúdos educativos. Já a Antena 3 procura responder aos interesses de um público mais jovem, apostando na música contemporânea, na inovação e nas novas tendências culturais (RTP, 2024).

A evolução tecnológica das últimas décadas trouxe novos desafios à rádio pública. A internet, os dispositivos móveis e as plataformas digitais alteraram profundamente os hábitos de consumo dos media. Para acompanhar esta mudança, a RTP investiu na digitalização da rádio, disponibilizando

emissões online, podcasts, aplicações móveis e conteúdos adaptados às redes sociais (Bonixe, 2020).

Esta aposta permitiu ultrapassar algumas limitações da radiodifusão tradicional, nomeadamente a dependência da cobertura das frequências FM. Atualmente, qualquer pessoa pode aceder à programação da rádio pública através da internet, independentemente do país onde se encontre. Esta realidade tem sido particularmente importante para manter a ligação às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e aumentar o alcance do serviço público (Bonixe, 2020).

O ambiente digital trouxe também novas formas de interação entre a rádio e os ouvintes. As redes sociais passaram a permitir uma comunicação mais imediata, dando aos cidadãos a possibilidade de comentar conteúdos, participar em debates e contactar diretamente jornalistas e locutores. Esta aproximação reforça uma das principais missões do serviço público: incentivar a participação dos cidadãos na vida pública (European Broadcasting Union [EBU], 2023).

Apesar das profundas mudanças verificadas ao longo das últimas décadas, os princípios que orientam o serviço público de rádio mantêm-se atuais. Num contexto marcado pela abundância de informação e pela rápida disseminação de conteúdos digitais, a rádio pública continua a destacar-se pela produção de informação rigorosa, credível e independente. Paralelamente, mantém o compromisso de promover a cultura portuguesa, valorizar a diversidade linguística, incentivar a inclusão social e contribuir para a coesão territorial (EBU, 2023).

A evolução do serviço público de rádio em Portugal demonstra que este meio conseguiu adaptar-se às sucessivas mudanças sem perder a essência da sua missão. Da Emissora Nacional às atuais plataformas digitais da RTP, a rádio pública soube evoluir, preservando os princípios de serviço público que continuam a justificar a sua importância no panorama mediático português.

2.3. A Antena 1 no contexto do serviço público

A Antena 1 é a principal estação de rádio generalista do serviço público português e integra o grupo Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Como emissora de cobertura nacional, tem uma missão que vai além da transmissão diária de programas. O seu trabalho passa por garantir informação credível, promover a cultura, incentivar a cidadania e contribuir para a coesão territorial. A programação é construída de acordo com os princípios do serviço público de comunicação social, privilegiando o rigor jornalístico, a independência editorial, o pluralismo, a diversidade de conteúdos e o acesso universal à informação (RTP, 2024).

Embora a designação "Antena 1" só tenha surgido em 1979, as suas origens remontam à Emissora Nacional, criada em 1935. Durante várias décadas, esta foi a principal estação de rádio do Estado português. Depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, a rádio pública passou por um processo de reorganização, adaptando-se aos valores da democracia. A liberdade de expressão, a imparcialidade da informação e o serviço prestado aos cidadãos passaram a ocupar um lugar central na sua missão (Ribeiro, 2005).

Ao longo dos anos, a Antena 1 consolidou a sua posição como uma das principais referências da rádio informativa em Portugal. A cobertura da atualidade política, económica, social, cultural e desportiva continua a ser uma das suas maiores prioridades. Para além de relatar os acontecimentos, procura explicar o seu contexto e as consequências que podem ter para a sociedade. Segundo a European Broadcasting Union (2023), uma das responsabilidades dos meios públicos é precisamente fornecer informação fiável, contextualizada e acessível, contribuindo para uma cidadania mais informada e para o reforço da democracia.

Ao contrário de muitas rádios privadas, que dependem sobretudo das audiências e da publicidade, a Antena 1 orienta a sua programação pelo interesse público. A grelha inclui noticiários, espaços de análise política, programas dedicados à cultura, ciência, ambiente, economia, história, saúde, educação, literatura, desporto e temas sociais, procurando responder aos interesses de diferentes públicos (RTP, 2024).

Esta variedade de conteúdos é uma das marcas da estação. McQuail (2013) defende que os meios de serviço público têm precisamente a responsabilidade de oferecer uma programação diversificada e representativa da sociedade. Nesse sentido, a Antena 1 procura manter um equilíbrio entre informação, cultura e conteúdos educativos, indo muito além de uma lógica centrada apenas no entretenimento.

Outro dos aspetos que distingue a Antena 1 é a proximidade com o território. Através da rede de delegações regionais e de correspondentes espalhados pelo país, acompanha acontecimentos locais que nem sempre recebem atenção por parte dos restantes meios nacionais. Esta presença permite dar visibilidade às diferentes realidades do país, valorizando as comunidades locais e reforçando a ligação entre a rádio pública e os cidadãos (Bonixe, 2020).

A dimensão internacional também faz parte da identidade da estação. A Antena 1 acompanha regularmente acontecimentos em diferentes países através dos seus correspondentes e envia

informação que ajuda os ouvintes a compreender melhor a realidade internacional e as suas consequências para Portugal.

Na área da cultura, a estação mantém igualmente uma presença significativa. Além de divulgar música portuguesa e apoiar a produção artística nacional, dedica espaço ao teatro, à literatura, ao cinema, ao património histórico e às tradições culturais. Esta valorização da cultura nacional faz parte das responsabilidades atribuídas ao serviço público de comunicação social, previstas na legislação e no Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e a RTP (RTP, 2024).

A promoção da língua portuguesa é outra das preocupações permanentes da Antena 1. O cuidado na utilização da língua, a qualidade da expressão oral e a valorização do património linguístico são aspetos presentes na sua atividade editorial. Num contexto em que a comunicação digital tende a privilegiar formas de expressão mais rápidas e informais, esta preocupação continua a assumir particular importância (Cardoso, 2019).

O desporto ocupa igualmente um espaço relevante na programação. Para além da cobertura das principais competições nacionais e internacionais, a estação acompanha modalidades que normalmente recebem menor atenção nos restantes meios de comunicação. Desta forma, contribui para uma representação mais diversificada do desporto português, não limitando a sua cobertura ao futebol profissional (Lopes, 2015).

Nos últimos anos, a Antena 1 também procurou adaptar-se às mudanças tecnológicas. O investimento em emissões online, podcasts, aplicações móveis e conteúdos para plataformas digitais permitiu chegar a novos públicos, sobretudo aos mais jovens, cujos hábitos de consumo passam cada vez mais pelos dispositivos móveis e pelos serviços digitais (Bonixe, 2020).

A presença nas redes sociais acompanha essa estratégia. Plataformas como Facebook, Instagram, X e YouTube são utilizadas para divulgar notícias, promover programas, transmitir emissões especiais e estabelecer uma relação mais próxima com os ouvintes. Esta interação facilita a participação do público e aproxima a rádio das novas formas de consumo da informação (Jenkins, Ford, & Green, 2018).

Apesar da forte aposta no digital, a Antena 1 continua a preservar as características que sempre distinguiram a rádio. A rapidez na transmissão da informação, a proximidade criada pela comunicação através da voz e a possibilidade de acompanhar os ouvintes ao longo do dia continuam a ser algumas das principais vantagens deste meio de comunicação (Bonixe, 2020).

A importância da Antena 1 tornou-se particularmente evidente em vários acontecimentos de interesse nacional, como eleições, incêndios rurais, crises sanitárias, fenómenos meteorológicos extremos e, mais recentemente, o apagão elétrico que afetou Portugal em abril de 2025. Nestes momentos, a estação assegurou emissões permanentes, divulgou comunicados oficiais e atualizou continuamente a informação disponível, demonstrando a relevância da rádio como meio fiável e resiliente em situações de crise.

Num panorama mediático em que circula diariamente uma enorme quantidade de informação, nem sempre verificada, a Antena 1 continua a destacar-se pela credibilidade do seu trabalho jornalístico. O rigor na confirmação dos factos, a independência editorial e a diversidade das fontes utilizadas são fatores fundamentais para combater a desinformação e garantir aos cidadãos o acesso a informação de qualidade (Wardle & Derakhshan, 2017).

A Antena 1 continua a ocupar um lugar de destaque no sistema mediático português. Ao combinar a tradição do serviço público com a inovação tecnológica, mantém o compromisso de informar, promover a cultura e servir os cidadãos. A sua evolução demonstra que a rádio pública continua a desempenhar um papel importante numa sociedade democrática, mesmo perante as profundas mudanças que marcaram o consumo dos meios de comunicação nas últimas décadas.

2.3.1. Missão editorial e serviço à cidadania

Enquanto principal estação generalista do serviço público de rádio em Portugal, a Antena 1 orienta a sua atividade por princípios como o rigor jornalístico, a independência editorial, o pluralismo e o compromisso com os cidadãos. A sua programação procura responder às necessidades informativas da população, disponibilizando conteúdos que contribuam para uma sociedade mais informada, participativa e consciente do seu papel na vida democrática (RTP, 2024).

A missão editorial da Antena 1 não se limita à divulgação dos acontecimentos do dia. Para além de informar, a estação procura enquadrar os temas da atualidade, apresentar diferentes pontos de vista e incentivar uma reflexão mais aprofundada sobre os assuntos que marcam a realidade nacional e internacional. Esta abordagem torna-se particularmente importante numa época em que circula diariamente uma grande quantidade de informação, nem sempre rigorosa ou devidamente confirmada (McQuail, 2013).

Outra dimensão importante da sua atividade passa pela prestação de um serviço de utilidade pública. Ao longo da programação são divulgadas informações relacionadas com áreas como a proteção civil, a saúde, a educação, a mobilidade, o ambiente ou outros temas com impacto direto

na vida das pessoas. Sempre que ocorrem acontecimentos de maior relevância, a estação adapta a programação para assegurar uma cobertura contínua e fornecer atualizações permanentes aos ouvintes (RTP, 2024). A promoção da cidadania é igualmente um dos objetivos centrais da Antena 1. Através de entrevistas, debates e programas de análise, cria espaços de discussão sobre questões políticas, económicas, sociais e culturais, incentivando os cidadãos a acompanhar e compreender melhor os assuntos da atualidade. Ao mesmo tempo, procura dar voz a diferentes opiniões e sensibilidades, garantindo uma programação plural e representativa da diversidade existente na sociedade, um dos princípios fundamentais do serviço público de comunicação social (European Broadcasting Union [EBU], 2023).

A missão editorial da Antena 1 assenta na produção de conteúdos orientados para o interesse público. O compromisso com a qualidade da informação, o respeito pela diversidade de opiniões e a defesa dos valores democráticos continuam a orientar o trabalho da estação, reforçando o seu papel enquanto serviço público ao serviço dos cidadãos.

2.3.2. A Antena 1 como referência informativa

Ao longo da sua trajetória, a Antena 1 afirmou-se como uma das principais fontes de informação na rádio portuguesa. A confiança que conseguiu conquistar junto dos ouvintes está diretamente ligada ao rigor do trabalho jornalístico, à verificação cuidada das fontes e à independência editorial, aspetos centrais do serviço público de comunicação social (Bonixe, 2020).

Num cenário em que a desinformação circula com facilidade nas plataformas digitais, a credibilidade passou a ser um dos principais elementos de diferenciação da rádio pública. Nesse sentido, a Antena 1 procura basear a sua informação em critérios profissionais sólidos, dando prioridade à confirmação dos factos e ao enquadramento dos acontecimentos antes da sua divulgação (Wardle & Derakhshan, 2017).

A estação distingue-se também pela rapidez com que acompanha os acontecimentos relevantes, tanto a nível nacional como internacional. A existência de noticiários frequentes, o trabalho em direto e a presença de jornalistas em vários pontos do país permitem uma atualização constante da informação, garantindo aos ouvintes um acompanhamento regular da atualidade (Bonixe, 2020).

Outro fator importante para a sua posição enquanto referência informativa é a cobertura do território nacional. A rede de delegações regionais e correspondentes permite acompanhar o que acontece nas diferentes regiões do país, dando visibilidade a temas locais que, muitas vezes, ficam fora da agenda

dos grandes meios de comunicação. Esta proximidade contribui para uma informação mais completa e representativa da realidade portuguesa.

A Antena 1 mantém-se como uma referência no panorama mediático nacional, sendo reconhecida pela sua credibilidade, proximidade e foco no interesse público. A articulação entre rigor, rapidez e cobertura territorial continua a justificar a confiança dos ouvintes e a relevância da rádio pública na sociedade atual.

2.4. O papel da Rádio pública em situações de emergência

Em contextos de emergência e crise, os meios de comunicação social passam a ter uma responsabilidade ainda maior na divulgação de informação rápida, clara e fiável. Neste cenário, a rádio pública destaca-se pelo papel que desempenha na transmissão de informações essenciais à população, contribuindo para uma resposta mais organizada e eficaz em situações de risco. A sua capacidade de continuar a emitir mesmo em condições difíceis faz com que seja um dos meios mais resistentes e confiáveis (Bonixe, 2020).

Uma das grandes vantagens da rádio pública é precisamente a possibilidade de continuar a funcionar quando outras formas de comunicação falham. Ao contrário de serviços que dependem da internet ou de redes móveis, a rádio pode ser ouvida através de aparelhos simples, muitas vezes a pilhas, o que permite o acesso à informação mesmo em casos de cortes de energia ou falhas nas telecomunicações (European Broadcasting Union [EBU], 2023).

Nestes momentos, o papel da rádio vai muito além da divulgação de notícias. As emissoras assumem uma função de serviço público no sentido mais direto, ao transmitir comunicados oficiais, orientações das autoridades, informações da proteção civil, alterações no funcionamento de serviços e recomendações importantes para a segurança da população. A atualização constante da informação ajuda a reduzir a incerteza e apoia os cidadãos na tomada de decisões (RTP, 2024).

Outro aspeto fundamental é o combate à desinformação. Em períodos de crise, é comum o aumento de rumores e de informações falsas, sobretudo através das redes sociais. Neste contexto, os meios públicos assumem um papel importante ao confirmar a informação antes da sua divulgação e ao recorrerem a fontes oficiais. Este cuidado contribui para aumentar a confiança dos cidadãos e para evitar a propagação de notícias falsas que podem agravar ainda mais a situação (Wardle & Derakhshan, 2017).

Para além da função informativa, a rádio pública desempenha também um papel social relevante. A continuidade das emissões e a presença constante de jornalistas e locutores ajudam a transmitir uma sensação de estabilidade, o que pode ser importante em momentos de maior ansiedade coletiva. Muitas vezes, a rádio torna-se uma companhia constante e uma fonte de segurança para a população, reforçando a ligação entre o serviço público e os cidadãos (Bonixe, 2020).

A importância deste meio tem sido visível em várias situações marcantes. Em Portugal, um exemplo recente foi o apagão elétrico de abril de 2025, que afetou o país e condicionou o funcionamento de vários serviços digitais, incluindo o acesso à internet e às redes móveis em algumas zonas. Durante esse período, muitos cidadãos recorreram à rádio para se manterem informados. A Antena 1 assegurou uma cobertura contínua, com transmissão de declarações oficiais, atualizações sobre a reposição dos serviços e recomendações dirigidas à população, evidenciando a relevância do serviço público nestes contextos (RTP, 2025).

Também durante a pandemia de COVID-19, a rádio pública teve um papel essencial na divulgação das orientações das autoridades de saúde, na transmissão de conferências de imprensa e na difusão de campanhas informativas. A rapidez na atualização da informação e a credibilidade das fontes fizeram com que a rádio se mantivesse como um dos meios mais utilizados num período marcado pela incerteza (EBU, 2021).

Num contexto em que os fenómenos extremos, as crises sanitárias e outras situações de risco são cada vez mais frequentes, a rádio pública continua a afirmar-se como um instrumento essencial de serviço público. A combinação entre acessibilidade, rapidez, credibilidade e proximidade permite responder de forma eficaz às necessidades da população, mesmo em circunstâncias excecionais.

O papel da rádio pública em situações de emergência não se limita à divulgação de informação. Trata-se de um meio que garante conteúdos fiáveis, ajuda a combater a desinformação, contribui para a segurança das populações e reforça a ligação entre cidadãos e instituições. Apesar da evolução digital dos media, a rádio mantém-se como um recurso essencial nos momentos em que a informação é mais necessária.

Capítulo 3 — Estudo de Caso: O Papel da RTP Antena 1 Durante o Apagão

3.1. Enquadramento do apagão e impacto social

Ninguém estava à espera do que aconteceu no dia 28 de abril de 2025.

Às 11h33 de manhã a energia elétrica faltou. Calou-se o televisor, depois o telemóvel e Portugal acabou por ficar quase às escuras, apesar de ser dia. Uma escuridão de comunicações.

O apagão energético deixou a Península Ibérica sem eletricidade, o que colocou em evidência a "vulnerabilidade das infraestruturas" e o impacto imediato que "situações inesperadas" podem ter na população. Vários transportes tiveram de parar, não havia semáforos ou elevadores, os hospitais e outras instituições tiveram de recorrer a geradores.

Enquanto ainda houve telecomunicações, foi possível perceber que o problema grande parte do país (Açores e Madeira foram poupados) e também Espanha. De imediato, houve uma corrida aos postos de abastecimento, multibanco e supermercados, muitas empresas fecharam e os alunos foram mandados para casa.

Havia receio, algum alarme, mas sobretudo muita desinformação.

Os órgãos de comunicação social que têm geradores ou sistemas alternativos continuaram a emitir, adaptando as emissões. Mas poucos cidadãos tinham forma de receber a mensagem. A rádio assumiu um papel fundamental nesse dia, de informação e ajuda à população. Até porque havia essencialmente duas formas de saber o que se passava: pelo rádio a pilhas ou pelo rádio do carro.

A Associação Portuguesa de Radiodifusão escreveu, a propósito deste dia que “51 anos depois da Revolução do 25 de abril, que trouxe a democracia a Portugal e em que a rádio teve um papel decisivo. Este episódio vem reforçar uma verdade frequentemente esquecida em tempos de abundância digital: quando tudo falha, é a rádio que resiste.” E acrescenta que : “Portugal ficou às escuras. Mas graças à rádio, não ficou em silêncio”.

3.2. A resposta informativa da Antena 1

Sara Almeida, jornalista, chegou ao Centro de Produção do Norte da RTP para fazer o primeiro turno da manhã da Antena 1. Diz que, por volta das 11h30, tudo foi abaixo no CPN, mas que “no entanto, com a ajuda dos geradores, tudo voltou ao normal no segundo seguinte. Só depois começaram a surgir as primeiras notícias de que algo não estava bem.”

A 320 km de distância, em Lisboa, Nuno Galopim, na altura diretor da Antena 1, RDP África e RDP Internacional, estava a caminho da RTP quando tudo aconteceu. Reparou que “os semáforos estavam todos desligados”, ligou o número da informação de trânsito para avisar e foi aí que soube. Assume que “ninguém imaginava ainda quão longo e geral seria”. Acrescenta que, assim que chegou à RTP, foi diretamente à redação e falou diretor de informação: “disse que íamos sair da programação regular e entrar já em emissão especial. Enviámos então repórteres para pontos nevralgicos.”

A emissão especial da Antena 1 começou a norte, nos estúdios do Monte da Virgem, logo no noticiário das 12h. Sara conta que o colega “João Vasco estava a editar, foi para estúdio, começou o noticiário normal e passou logo a seguir para emissão especial”.

Naquele dia as maiores dificuldades da redação da Antena 1 foram aceder a informação e comunicar com o exterior: “Era muito difícil conseguir falar com os repórteres no terreno. Mesmo os nossos *quantumns*, (aparelho que usamos para conseguir entrar em direto), não estavam a conseguir fazer a ligação, precisam de rede. Foi um bocadinho tentativa, erro”, admite a jornalista.

Nuno Galopim acrescenta esses desafios a dificuldade de falar com jornalistas e “com as equipas que teriam de chegar nos horários seguintes”. Mas ressalva que foi relativamente rápido agilizar todas as equipas de informação, programação, técnicos, incluindo delegações: “Usámos as linhas diretas da RTP para criar as ligações”.

A RTP é um dos órgãos de comunicação social que têm geradores para garantirem as emissões em caso de falha de energia.

O ex-diretor da Antena 1 assegura que estes equipamentos estão sempre preparados: Se fosse necessário abastecer havia já um plano.

Até ao final da tarde do dia 28 de abril, a emissão da Antena 1 foi feita sempre dos estúdios do CPN porque, em Lisboa, as dificuldades técnicas eram maiores: “Nós nem conseguíamos falar com Lisboa. No caso das delegações, o que nós fizemos foi mandar os repórteres todos para a rua”. Sara Almeida explica que não estava propriamente uma delegação a trabalhar ou a funcionar: “A emissão estava cá, e só precisávamos de repórteres na rua, com rede, claro”.

Adianta que “o maior desafio era mesmo conseguir ter uma pessoa em linha, porque ficava pronta a entrar, e, no segundo a seguir, a ligação caía. Estávamos duas pessoas na régie a produzir, eu e a Rosa Azevedo. Conseguimos ainda meter em direto especialistas e ministros.”

Foram 12 horas de emissão especial contínua, apesar de todas as dificuldades técnicas, “muitas horas seguidas sem parar com o esforço de todos, sem sabermos exatamente o que estava a acontecer”, descreve a jornalista.

Quando questionado sobre a principal missão da rádio pública nesse dia, Nuno Galopim não hesita: “Ligar todos. Chegar a todos. Informar e aconselhar.” O que poderia parecer um slogan de promoção, acaba por definir bem o papel da rádio nesse dia, em concreto da Antena 1. Não foi apenas informar, foi também serenar, desfazer rumores e desinformação e até, para muitos, fazer companhia numa noite escura, à luz das velas.

Mas não podemos romantizar o cenário de um dia difícil para Portugal e para os jornalistas, o apagão também expôs fragilidades e deixou alertas para os governos e conselhos de administração.

A esses, Nuno Galopim entende que cabe “avaliar as dificuldades e falhas desse dia, tentar colmatar”, mas, acima de tudo, “valorizar o papel da rádio”. Até porque ficou clara a sua importância, porque “se mantém a funcionar quando os outros media ficam inoperantes”.

3.3. O ouvido atento da Provedora do Ouvinte da RTP Antena 1

A docente e investigadora Ana Isabel Reis é desde 2022 Provedora do Ouvinte da Antena 1.

No dia do apagão estava no gabinete, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, “a trabalhar e a escutar rádio num aparelho ligado à eletricidade. Quando a emissão foi interrompida, achei que era um corte de luz local e liguei o rádio a pilhas que tenho sempre na secretária. Foi quando percebi que o problema seria geral”.

Entretanto, a Faculdade foi evacuada e Ana Isabel Reis regressou a casa: “mantive a rádio ligada todo o dia - como, de resto, faço todos os dias. Mas desta vez, o propósito era um único: informar-me porque não havia outro meio”.

Diz que viveu o dia sem surpresas e que ensina nas aulas que dá que “quando tudo falha a rádio é a única coisa que nos resta”, mas ressalva que aquilo que aconteceu evidenciou “o óbvio para quem trabalha e estuda o meio rádio, é, de facto, fundamental e justifica-se que faça parte dos kits de emergência”.

Admite que a rádio pública não estava preparada para aquele dia, mas que conseguiu contornar dificuldades e manter-se no ar sem interrupções.

O assunto foi tema de um programa “Em Nome do Ouvinte”, cujo o link está nas referências bibliográficas.

“Apenas a equipa das antenas tinha um plano de emergência que foi fundamental para manter a rádio a emitir. Houve problemas nas comunicações internas e com o exterior o que revelou a ausência de um plano de emergência para este tipo de situações e de sistemas de redundância” afirma a Provedora. Mas deixa claro que, apesar das circunstâncias, a rádio conseguiu responder, “manteve-se no ar transmitindo informações úteis - 16 horas ininterruptas, todas as estações da rádio pública numa única emissão - foi uma opção acertada - para reunir esforços e, ao mesmo tempo, poupar meios e energia”.

Dos ouvintes da rádio pública, a Provedora garante que recebeu sobretudo elogios, mais do que fornecer informação a rádio tinha sido uma companhia, “que os acalmou e serenou, que soube ter uma palavra tranquila na incerteza (...) a voz que os acompanhou num dia sem comunicações”.

Mas nem tudo foram elogios: “Também recebi críticas, mais pela falta de representatividade das regiões no noticiário geral e de informações úteis sobre o resto do país - se a eletricidade já tinha voltado, por exemplo, ou o que deviam fazer.” Explica que isso se deveu à dificuldade nas comunicações, mas também pela deficiente presença de correspondentes ou delegações da rádio no país: “a rádio não está presente em cerca de metade do território nacional e, em situações como esta, essa lacuna sente-se na origem das reportagens e informações”.

Questionada sobre se o dia do apagão nos deve fazer repensar o papel da rádio num mundo digital , Ana Isabel Reis responde que essa questão já tinha sido colocada nos incêndios de 2017 e também este ano, na sequência das tempestades que afetaram Leiria e outras zonas do país.

Mas a investigadora esclarece que o nosso país não é caso único: "há exemplos fora de Portugal em que isso também aconteceu e acontece. Em todas as situações de emergência, catástrofe ou guerra/ conflitos em que a eletricidade e as comunicações foram afetadas - em todas - a rádio assumiu o protagonismo. É o único meio que tem autonomia, alcance, é acessível e ágil”.

Adianta que são casos de estudo em que se discute a reativação da Onda Curta ou o investimento na Onda Média: “sistemas de redundância quando o FM, que tem algumas limitações, não é suficiente para chegar a todos”. Afirma, por isso que é fundamental a localização das antenas/centros emissores, assim como o seu alcance. Ana Isabel Reis diz que, no caso da rádio pública, houve um investimento nos centros emissores para que tivessem autonomia em situações sem energia “em localizações que garantissem a emissão, mesmo quando um deles ficasse inoperacional”. E dá o

exemplo dos Açores ou da Madeira, onde as condições meteorológicas são adversas, mas onde rádio pública é a única que efetivamente cobre todas as ilhas.

Em pleno século XXI, é impossível não falarmos da era digital na comunicação, mas, para a Provedora do Ouvinte da Antena 1 “há uma percepção errada” de que todos têm acesso a smartphones, internet, redes sociais - ao digital. Ana Isabel Reis fala numa ilusão: “há uma faixa da população portuguesa que não têm acesso a nada - porque não têm competências, literacia, condições económicas, por razões geográficas, etc.”. Afirma que, muitas vezes, estas são as pessoas mais fragilizadas e que é exatamente por estas razões que existe serviço público de rádio: “para chegar a todos, todos, independentemente da sua condição, e sobretudo a esses.”

A também docente da Universidade do Porto não tem dúvidas de que “a rádio sabe exatamente qual o seu papel - a história definiu-o há muito tempo - está na sua génese: servir o ouvinte. Mas o fascínio tecnológico, por vezes, afasta-a desse papel - exceto quando acontece alguma coisa. E quando acontece a rádio cumpre. É elogiada e enaltecida”. No entanto, lamenta que seja reconhecimento fugaz que não tem correspondência “no investimento em meios, estruturação e planificação”.

Num eventual cenário de crise ou catástrofe, o rádio a pilhas deve fazer parte de um kit de emergência: “mas não adianta fazer parte se não emite as informações úteis e os alertas, se não orienta os cidadãos e os mantém informados, se não serve de meio de comunicação entre as autoridades e as populações”.

Ana Isabel Reis frisa que não adianta ter um rádio a pilhas se não houver articulação entre a Proteção Civil e as autoridades e as rádios, ou a rádio pública: “essa articulação não existe, não há um plano de emergência nacional que inclua as rádios ou a rádio pública numa estratégia de informação e isso deve ser repensado. Tal como não há um plano interno de atuação nesse tipo de situações. Isso é que deve ser repensado. A verdade é que não foi, em 2017 depois dos incêndios falou-se nisso e nada aconteceu. No apagão voltou a falar-se nisso e nada foi feito. E este ano, com Leiria e a zona centro, percebeu-se que estava tudo igual”.

No entanto, ressalva que, com três alertas em tão pouco tempo, houve finalmente movimentações na rádio pública, na Proteção Civil e no governo para tentar encontrar soluções articuladas: “Julgo que alguma coisa estará em curso”.

A Provedora reflete ainda sobre o panorama do país, para além da rádio pública e das rádios nacionais: “ainda temos as rádios locais que nestas situações são fundamentais, mas que também

não estão incluídas nas estratégias de comunicação das autoridades nacionais (das autarquias locais até estão, pelo menos com as rádios locais que ainda são efetivamente locais)”. Alerta ainda que estas rádios, quando são afetadas pelas catástrofes naturais e, por exemplo, perdem antenas ou equipamentos, não têm apoios para os repôr e “ficam ser emitir num período em que são, mais do que nunca, necessárias”.

3.4. A importância do jornalismo no dia do apagão

Felisbela Lopes, docente da Universidade do Minho, é autora de dezenas de artigos científicos e de vários livros sobre o jornalismo e, sobretudo, a televisão.

Desafiada a responder sobre o papel da rádio no apagão, reconhece que foi “salva” pelo mesmo aparelho que “salvou” milhões de portugueses naquele dia: “No dia do apagão, percebemos que aquilo que nos dizem pode ser mais importante do que aquilo que nos mostram”.

Foi entre a “perplexidade e alguma ansiedade” que encarou o aquelas horas, quer a nível pessoal, quer profissional, tendo em conta que a atividade que desenvolve “assenta no uso intensivo do computador e de periféricos móveis”.

Afirma que foi muito complicado manter-se informada: “estive algumas horas em apagão informativo, sendo, por isso, difícil perceber a dimensão real do que estava a acontecer. Salvou-me a rádio que ouvi a partir do meu carro e por um rádio de pilhas que recuperámos (...) percebemos aí a centralidade de meios e de equipamentos que, muitas vezes, atiramos para periferias de consumo julgando-os prescindíveis em ambientes mediáticos digitalmente avançados”.

Para a investigadora ficou claro que a experiência evidenciou a importância dos média tradicionais e mostrou de que modo certas infraestruturas são vitais em situação de catástrofes ou de crises inesperadas: “Nesse dia, a rádio mostrou-nos que é um meio de uma enorme flexibilidade, capaz de uma resposta célere”. E recorda a passagem de um dos livros de Vergílio Ferreira que leu há cerca de 30 anos e da qual se lembrou muito nesse dia: “Às sete da manhã, um amigo telefona-me: «Ouça a rádio.» Ouço sem entender: rebentou a Revolução. A Revolução? Que Revolução? Por fim lá vou compreendendo. Toda a manhã a rádio nos vai esclarecendo com notícias. Passámos o dia à escuta. Será possível?”.

Felisbela Lopes assume que, em situação de crise, percebemos bem a importância do Jornalismo. Diz que já foi assim nos tempos de pandemia da Covid-19: “Podemos ter um alto consumo de

informação que é disseminada em redes sociais, mas, em casos disruptivos, sentimos necessidade de discursos jornalísticos. Porquê? Porque procuram a verdade dos factos, a contextualização do que acontece e a desconstrução de desordens informativas que proliferam sempre nestas alturas”.

Acrescenta que, numa conjuntura de grave crise financeira, “os média portugueses encontram sempre modos de garantir uma informação fidedigna. No dia do apagão, as redações continuaram a trabalhar. As televisões continuaram as suas emissões de informação, tal como a rádio. E, no dia seguinte, os jornais lá estavam de manhã cedo nas bancas. Todos a testemunhar que o Jornalismo não sucumbe, quando os cidadãos mais dele precisam”.

Admite que a rádio teve clara vantagem naquele dia, pela acessibilidade, alcance, agilidade e capacidade de emissão por meio de equipamentos simples, acabou por se revelar “um meio de enorme proximidade com os cidadãos”. E confirma que os profissionais da Antena 1 estiveram à altura do desafio: “Este foi um dos momentos mais marcantes na longa vida da rádio pública. A partir do meio da tarde, todos os canais da rádio pública (Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Internacional, RDP África, Antena 1 Madeira e Antena 1 Açores) tiveram uma emissão em simultâneo. Todos unidos por uma causa maior: manter os cidadãos informados, unindo esforços de todos esses profissionais”.

O trabalho feito, os desafios superados não deixam margem para dúvida sobre a missão da rádio pública, mas também revelam as fragilidades do país ao nível do investimento e preparação de situações de crise ou catástrofe. Felisbela Lopes diz que “é um desafio que urge agarrar com toda a determinação. Quando projetamos linhas de atuação da Proteção Civil, não pensamos no envolvimento dos jornalistas e isso é um erro colossal. Quando tudo falha, quando se abatem tragédias, precisamos, mais do que nunca, de manter as populações informadas e unidas em torno de um propósito comum. Por isso, o investimento nos média de natureza noticiosa, nomeadamente da rádio, deve ser entendido como parte integrante das estratégias de prevenção e de resposta a situações de crise”.

Conclusão

A realização deste projeto permitiu-me compreender de forma mais profunda o papel que a rádio ainda desempenha na sociedade atual, num contexto em que os meios de comunicação passaram por grandes mudanças devido à digitalização e à transformação dos hábitos de consumo de informação. Ao longo do trabalho, foi possível analisar a evolução da rádio, a importância do serviço público de comunicação social em Portugal e, em particular, o papel da Antena 1 enquanto principal estação generalista da RTP.

A revisão da literatura mostrou que, apesar do aparecimento de novas plataformas digitais, redes sociais e serviços de streaming, a rádio conseguiu adaptar-se às mudanças tecnológicas sem perder aquilo que a caracteriza: a rapidez, a proximidade, a credibilidade e a capacidade de acompanhar os cidadãos no seu dia a dia. A integração de conteúdos online, podcasts e a presença nas redes sociais demonstram essa adaptação e a capacidade de continuar relevante num ambiente mediático cada vez mais competitivo.

Ao mesmo tempo, ficou claro que o serviço público de rádio continua a ter um papel essencial numa sociedade democrática. A promoção de informação rigorosa, do pluralismo, da diversidade cultural e da participação cívica não se limita à simples transmissão de conteúdos. A Antena 1 enquadra-se neste papel, mantendo uma ligação próxima com os cidadãos, assegurando informação credível e oferecendo uma programação diversificada que cobre diferentes áreas da sociedade.

O contacto com a redação permitiu perceber melhor o funcionamento do jornalismo radiofónico, os processos de produção de notícias e a responsabilidade envolvida na divulgação da informação. Foi também possível observar o rigor no tratamento das notícias, a constante verificação de factos e a rapidez necessária na resposta à atualidade, fatores essenciais para manter a confiança dos ouvintes.

Um dos momentos que mais evidenciou a importância da rádio aconteceu após o apagão elétrico que afetou Portugal em abril de 2025. A falha de vários serviços digitais mostrou como a dependência das tecnologias pode criar vulnerabilidades em situações extremas. Enquanto outras plataformas ficaram indisponíveis, a rádio manteve-se operacional e assumiu um papel fundamental na divulgação de informação oficial e orientações à população, reforçando a sua importância em contextos de crise.

Esta realidade ganha ainda mais relevância quando se observa o contexto internacional. Vários estudos apontam para a possibilidade de fenómenos extremos se tornarem mais frequentes no

futuro, seja devido às alterações climáticas, à pressão sobre as infraestruturas energéticas ou até a ciberataques de grande escala. Estes cenários reforçam a ideia de que situações como apagões elétricos ou digitais não são improváveis, tornando essencial a existência de meios de comunicação resilientes.

Neste sentido, a rádio não deve depender exclusivamente da internet ou de plataformas digitais. A manutenção da radiodifusão tradicional continua a ser importante para garantir o acesso à informação mesmo quando outros sistemas falham. Não é por acaso que as autoridades de proteção civil continuam a recomendar a presença de rádios a pilhas nos kits de emergência domésticos. Isto mostra que, mesmo num mundo altamente tecnológico, a rádio continua a ter um papel essencial na segurança e no apoio às populações.

No entanto, a importância da rádio não se explica apenas pela tecnologia, mas sobretudo pelas pessoas que trabalham diariamente para que ela funcione. São os jornalistas, técnicos e restantes profissionais que garantem a produção de informação rigorosa, a verificação dos factos e o combate à desinformação. Num contexto em que as notícias falsas circulam com facilidade, o jornalismo continua a ser fundamental para assegurar informação credível e proteger o funcionamento da democracia.

A expressão "Video Killed the Radio Star", que durante muitos anos simbolizou a ideia de que a televisão iria substituir a rádio, acabou por não se concretizar. Pelo contrário, a evolução tecnológica mostrou que a rádio se conseguiu reinventar, adaptar e coexistir com os novos meios de comunicação. Hoje continua presente no quotidiano de milhões de pessoas e mantém uma relevância que muitos julgavam ter desaparecido.

Para concluir, este relatório permitiu confirmar que a rádio continua a ser um meio atual, resistente e indispensável. A sua capacidade de adaptação, aliada à credibilidade construída ao longo do tempo e ao trabalho diário dos profissionais do setor, faz com que vá muito além de um simples meio de transmissão sonora. A rádio continua a ser um verdadeiro serviço público, essencial para informar, aproximar comunidades e responder às necessidades da sociedade, sobretudo nos momentos em que a informação é mais necessária. O futuro da comunicação pode ser cada vez mais digital, mas a rádio dificilmente deixará de ter o seu lugar.

Referências Bibliográficas

Albarran, A. B. (2017). *The media economy* (2nd ed.). Routledge.

Associação Portuguesa de Radiodifusão. (2025, abril 28). Portugal ficou às escuras. Mas graças à rádio, não ficou em silêncio. <https://apradiodifusao.pt/portugal-ficou-as-escuras-mas-gracas-a-radio-nao-ficou-em-silencio/>

Berry, R. (2016). Podcasting: Considering the evolution of the medium and its association with the word "radio". *The Radio Journal: International Studies in Broadcast & Audio Media*, 14(1), 7–22.

Bonini, T. (2015). The "second age" of podcasting: Reframing podcasting as a new digital mass medium. *Quaderns del CAC*, 41(18), 21–30.

Bonixe, L. (2012). *A rádio em Portugal*. Livros Horizonte.

Bonixe, L. (2012). Jornalismo radiofónico: Rotinas e valores-notícia. Livros Horizonte.

Bonixe, L. (2019). Rádio e jornalismo: Desafios da era digital. Livros Horizonte.

Bonixe, L. (2020). A rádio em Portugal: Da difusão hertziana ao digital. ICNOVA.

Bonixe, L. (2020). Rádio e jornalismo: Desafios e oportunidades na era digital. Livros ICNOVA.

Briggs, A., & Burke, P. (2009). *A social history of the media: From Gutenberg to the Internet* (3rd ed.). Polity Press.

Cádima, F. R. (1996). Salazar, Caetano e a televisão portuguesa. Editorial Presença.

Cardoso, G. (2019). *Os media na sociedade em rede*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Cebrián Herreros, M. (2001). La radio en la convergencia multimedia. Gedisa.

Cebrián Herreros, M. (2007). Modelos de radio, desarrollos e innovaciones. Fragua.

Constituição da República Portuguesa. (1976). Assembleia da República.

Crisell, A. (1994). *Understanding radio* (2nd ed.). Routledge.

Crisell, A. (2006). *An introductory history of British broadcasting* (2nd ed.). Routledge.

European Broadcasting Union. (2020). Public service media contributions to society. EBU.

European Broadcasting Union. (2021). Public service media's contribution during the COVID-19 pandemic. EBU.

European Broadcasting Union. (2021). *Trusted news in times of crisis*. EBU.

- European Broadcasting Union. (2023). Public service media contribution to democracy. <https://www.ebu.ch>
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York University Press.
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2018). *Spreadable media: Creating value and meaning in a networked culture*. New York University Press.
- Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 248.
- Lopes, F. (2015). *Jornalismo desportivo em Portugal*. Livros Horizonte.
- McLeish, R., & Link, J. (2015). *Radio production* (6th ed.). Focal Press.
- McQuail, D. (2013). *McQuail's mass communication theory* (6th ed.). Sage.
- Observador. (2025). Apagão em Portugal: Cobertura radiofónica durante a falha elétrica nacional.
- Rádio e Televisão de Portugal. (2023). Contrato de concessão do serviço público de rádio e de televisão.
- Rádio e Televisão de Portugal. (2024). Contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão.
- Rádio e Televisão de Portugal. (2024). *Serviço público de rádio e televisão*. <https://media.rtp.pt/institucional/>
- Rádio e Televisão de Portugal. (2025). Cobertura informativa do apagão elétrico de abril de 2025.
- Reis, A. (1994). *Portugal contemporâneo*. Alfa.
- Reis, A. (2025, maio 9). Em Nome do Ouvinte, o Programa da Provedora do Ouvinte (VII Série): O apagão. RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p11100/e847228/em-nome-do-ouvinte-o-programa-da-provedora-do-ouvinte-vii-serie>
- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo (1933–1945)*. Quimera.
- Rosas, F. (2012). *História de Portugal: O Estado Novo (1926–1974)*. Tinta-da-China.
- Scannell, P. (1996). *Radio, television and modern life*. Blackwell.
- Silva, A. S. (2014). *Os media em Portugal: História, sociedade e cultura*. Almedina.

UNESCO. (2021). Media development indicators: A framework for assessing media development. UNESCO.

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe.